

Há tensão e dúvida sobre a real existência de uma crise política

Rubem de Azevedo Lima

Em clima tenso, decorrente de uma crise política de importância exagerada — e artificialmente gerada pelo Governo, conforme suspeitam os deputados Fernando Lyra (ex-ministro da Justiça) e Maurílio Ferreira Lima — a Constituinte pode decidir, nas próximas horas, sobre a duração do mandato presidencial e entre o parlamentarismo ou o presidencialismo.

As suspeitas dos dois constituintes tornaram-se mais consistentes, desde o começo da última semana, em face do pronunciamento do chefe do Governo, feito à Marinha de Guerra, no Rio. Em sua fala, Sarney elogiou a união das Forças Armadas e criticou o poder político civil, a ponto de quase responsabilizá-lo pela sensação de incerteza em que se está a sociedade brasileira, no momento.

As palavras do Presidente são parecidas com as que o ex-presidente Getúlio Vargas escreveu, em novembro de 1937, ao instituir o Estado Novo. Vargas referiu-se ao apoio militar e justificou seu ato em face das apreensões da opinião pública, «diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições».

Por sinal, as palavras do Presidente não são também diferentes das que constam do preâmbulo do Ato Institucional nº 2, quando o marechal Castello Branco voltou a invocar o apoio das Forças Armadas e criticou em outubro de 1967, «os agitadores de vários matizes no Congresso».

Em dezembro de 1968, o preâmbulo do AI-5, baixado pelo general Costa e Silva, repetiria os mesmos conceitos em relação ao poder civil.

O senador Luis Viana Filho, (PMDB-BA), ex-ministro do marechal Castello Branco, afirma que não. Por sinal, comentando os pronunciamentos de chefes militares, em favor do mandato de cinco anos para Sarney, o ex-ministro acha que «eles estão sendo induzidos por pessoas que simplesmente pensam em continuar no Governo».

Os senadores Edison Lobão e Alexandre Costa, ambos do PFL amaranhense, também acham que a situação política brasileira é delicada.

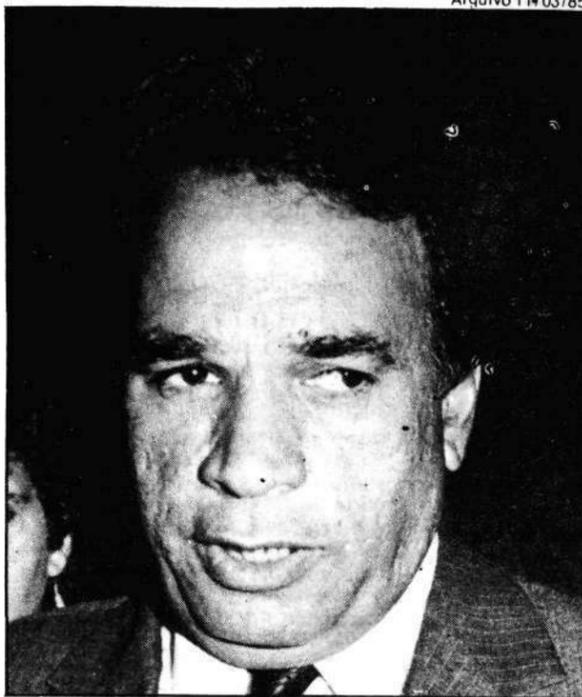
Naquela ocasião, políticos liberais, como o ex-deputado Djalma Marinho — relembra Alexandre — estiveram com o presidente Costa e Silva e este lhes assegurou que não haveria nenhum problema se o pedido de processo contra Márcio fosse rejeitado pela Câmara. O processo foi rejeitado e o Governo, por pressão da chamada linha dura, baixou o AI-5.

Quem também não crê em perigos institucionais é o senador Mendes Canale (PMDB-MS). Conta ele que no final do Governo do general Figueiredo, quando o então candidato à presidência da República, Paulo Maluf, contava com o apoio dos ministros militares, houve um sério momento de crise política no País. O Governo criou obstáculos ao registro do Partido Popular, pretendendo, com isso, inviabilizar qualquer candidatura de oposição à presidência da República. O PP resolveu então fundir-se com o PMDB, para apoiar a candidatura Tancredo Neves. O presidente de honra do PP à época, deputado Magalhães Pinto, fez uma reunião com a cúpula pepista, para exame da situação. Magalhães admitiu, claramente, a hipótese de retrocesso institucional, se a fusão do PP com o PMDB se consumasse, acarretando a saída de quarenta políticos do PDS e comprometendo a hegemonia dessa agremiação no colégio eleitoral.

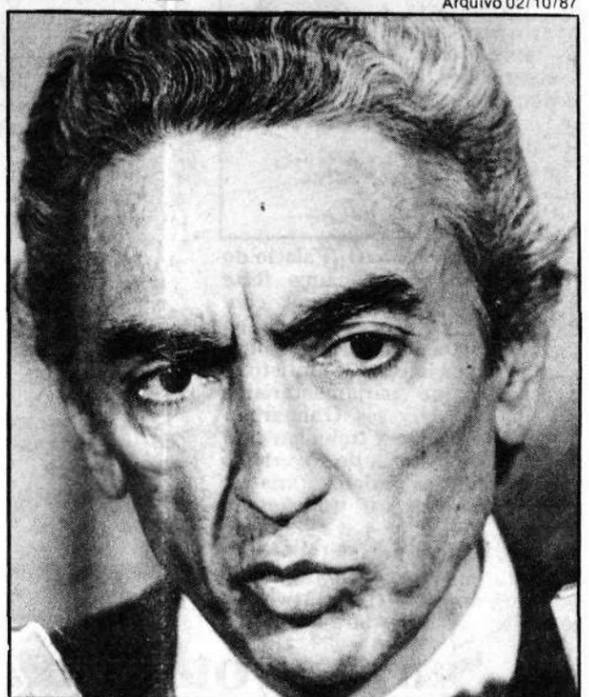
«Dr. Magalhães — replicou-lhe Canale — chega de falar em ameaças de retrocesso. Desse modo, nunca faremos o que achamos indispensável para que o País se desenvolva política, econômica e socialmente».

«Mas há o risco de fechamento do Congresso» — insistiu Magalhães.

«Pois vamos correr o risco» — tornou Canale. Hoje, ele sustenta a mesma opinião. «Ou a Constituinte é soberana e decide como o povo quer ou é melhor não decidir nada».



Lyra vê apenas uma situação artificial, mas o deputado Edson Lobão acha o quadro delicado



Divergências entre Poderes

Além dos conflitos variados que a Assembléia Constituinte enfrenta, em razão de seu próprio trabalho, com setores os mais diversos da sociedade, há um conflito específico entre os constituintes e o Governo, em torno da duração do mandato presidencial.

No momento, o Poder Executivo está na defensiva e a Assembléia na ofensiva, mas vozes ameaçadoras falam em retrocesso institucional.

Do ponto de vista dos politólogos, existem condições objetivas para esse retrocesso?

Na Constituinte, quase todos conhecem o livro "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", de Marx, que conta o golpe de Estado desfechado na França, no século passado, pelo sobrinho de Napoleão. Como recorda Cruzio Malaparte, em "Técnica do golpe de Estado", ali e posteriormente noutros países, o primeiro passo do golpe consistiu em violar a autoridade da Nação, representada pela soberania do Poder Legislativo.

Recentemente, o presidente Sarney fez críticas à Constituinte, sendo apoiado por vários ministros, alguns dos quais puseram em dúvida os poderes da Assembléia, enquanto outros propuseram o encerramento de seus trabalhos e a substituição dos constituintes por juristas notáveis.

A situação de conflito entre a Assembléia e o Governo não basta, em tese, para a eclosão de um golpe de Estado e muitos constituintes questionam a possibilidade de vir a deflagrá-lo o Executivo, exposto a graves acusações, em face de dúvidas quanto à moralidade de seus auxiliares.

"Será difícil — reconheceu um constituinte do PFL, ao repórter do JBr — fazer com que as Forças Armadas saiam às ruas, para dar sustentação a um Governo impopular e sob muitos aspectos condenável".

Apesar de tudo, nota-se um esforço no sentido de magnificar o conflito entre a Assembléia e o Governo, como se o País pudesse explodir por esse motivo.

Do ponto de vista da politologia, porém, os conflitos não são mais encarados como um fenômeno da patologia social mas uma disfunção comum, que permite inovações políticas, econômicas e sociais.

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS e líder do partido no Senado, receia outros aspectos da crise nacional, admitindo que existam, entre nós, situações pré-revolucionárias, julgadas sintomáticas por politólogos do porte do americano Crane Grinton, autor de um estudo sobre "Anatomia das Revoluções".

No estudo das revoluções, Brinton conclui que um movimento revolucionário é precedido de uma espécie de estado febril. Quanto às revoluções direitistas ou esquerdistas, elas eclodem por vários fatores. Em geral, tais movimentos decorrem da fraqueza da estrutura econômica de um País, da existência de um núcleo consistente de extrema pobreza, da inoperância e incompetência dos governos face à situação e da deserção dos intelectuais, em relação ao regime vigente, bem assim do mau recurso das forças de coerção para enfrentar a

crise existente. Paralelamente, também costumam surgir conflitos entre poderes.

Em estudo sobre "Processo Eleitoral", publicado durante a transição política espanhola, uma das conclusões do professor Jorge Esteban é a de que de nada servirão as instituições democráticas do novo regime se todos, governo e dirigentes políticos ou autoridades civis e militares, não tiverem uma vontade eficiente de viverem a democracia, de se educarem na e para a democracia.

A todas essas colocações acrescenta-se, ainda, a conclusão de um seminário sobre defesa civil, realizado em Madri, em 1974 sobre a ação das Forças Armadas na defesa da ordem institucional. Pode dar-se o caso de que um sistema institucional esteja ameaçado de modo grave e imediato, mas é possível que também ocorra situação em que "não havendo violência patente e flagrante, se parta do jogo político normal para se tentar a conquista do poder". A dúvida, no caso, se refere ao momento (quando) a intervenção militar deva ocorrer, constitucionalmente, para preservar a ordem institucional e não destruí-la. Esse momento decisivo, de acordo com as conclusões do seminário, deve ser estabelecido pelos órgãos da soberania nacional, e seus representantes legítimos. "Qualquer outra atitude à margem desses parâmetros é uma quebra da disciplina e uma perturbação da ordem institucional que as Forças Armadas devem proteger" — conclui o documento.

Esse tipo de preocupação aparece — claro — nas chamadas "Notas Especiais de Informações" (N.E.I.), distribuídas pelo ex-ministro do Exército, marechal Henrique Lott, em caráter reservado, às unidades militares de todo o País, entre 1955 e 1958, quando forças políticas pregavam a derrubada do governo Kubitschek e o ministro alertava seus comandados contra essa pregação. Na N.E.I. nº 17, de 1958, de caráter sigiloso, referindo-se a uma proposta de prorrogação do mandato de Kubitschek, em trânsito no Congresso, Lott, que era contra o prorrogacionismo, limitava-se a dizer que "todo o poder emana do povo e, portanto, cabe a todos que tenham qualquer parcela de autoridade política a obrigação de basear na consulta ao povo sua própria autoridade".

Arquivo 02/07/87



Jarbas Passarinho (PDS-PA)

"Retrocesso" fica no lugar de golpe

Não se fala em golpe de Estado, abertamente, mas se alude, em tom de difuso, a essa possibilidade, através de um eufemismo: retrocesso institucional. Tudo porque a Constituinte pode aprovar, esta semana, princípios que levem à redução do mandato do presidente José Sarney ou à adoção do parlamentarismo.

A Assembléia está dividida em torno dos dois assuntos, que parecem refletir o desgaste político do Presidente, confirmado pelas pesquisas de opinião pública.

Um ex-ministro, amigo pessoal de Sarney confessou ao repórter do JBr que tanto a tese do mandato de quatro anos para o atual Presidente quanto a idéia do parlamentarismo decorrem da perda de prestígio do chefe do Governo. "Estou cansado de ouvir os constituintes dizerem que não têm como preservar o presidencialismo nem o mandato de cinco anos, devido ao fracasso do Governo Sarney" — conta o ex-ministro. Mas ele mesmo reconhece que a situação do País, no momento, é delicada, e "é dever do político, nesses casos, procurar saídas para evitar acontecimentos piores".

Em face do conflito existente entre o Presidente e a Constituinte aparentemente inclinada pelo mandato de quatro anos para Sarney e talvez pelo parlamentarismo — alguns constituintes chegam a admitir a idéia de retrocesso político.

Além do conflito Assembléia-Governo, há uma situação econômica e social grave, sublinhada, ainda, por denúncias de corrupção nos escalões governamentais e queixas de numerosos setores, em relação ao que consideram ineficiência do Poder Executivo. No plano externo, o País pagou, com a suspensão temporária da moratória, um bilhão e 600 milhões de dólares a seus credores. "Até o momento — garante o ex-ministro Dilson Funaro — os credores não modificaram sua atitude em relação ao Brasil. Desde 1982 não entra no País um só dólar".

Diante de tal situação, com a Constituinte colocada como bode-expiatório das dificuldades do País, e em face do aumento dos índices inflacionários, nos últimos meses, bem assim do desemprego crescente nas grandes cidades, os rumores de retrocesso institucional encontram ambiente propício para medrar.

"Mas as Forças Armadas" — diz o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — estão cumprindo um papel extraordinário, na fase de transição em que o País se encontra, por não se envolverem nas controvérsias políticas."

Pronunciamentos de ministros militares são vistos como simples manifestações individuais de quem os faz, na qualidade de auxiliares políticos do Presidente.

"Evidentemente — acrescenta, a propósito, o ex-ministro e atual deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) — existem, nas Forças Armadas, presidencialistas e parlamentaristas, partidários de quatro ou cinco anos para o atual Presidente. Por isso, os ministros não falam propriamente por suas forças, mas em nome pessoal."